



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO, IPREM-POSSE GESTÃO 2016 – 2019.

Aos Vinte e um dias do mês de Dezembro de 2016 às 10:00 horas, iniciasse a reunião do Conselho Administrativo, IPREM –POSSE, contando com os seguintes presentes na sala de reunião, Rua Aurélio Sia,73 Jd. Luciana. A Sr.^a Aparecida Gino; Representantes dos Servidores Ativos do Poder Executivo, Sr. Marco Antonio Franco da Silva, o Sr. Allan Romio, Elaine Cristina Pires de Campos e Maria Angela Bonas, Representantes dos Servidores Ativos do Poder Legislativos Sra. Silvana Alves de Souza Lopes , Cleber de Jesus Mendes. Representante dos Servidores Inativos Sra. Vera Darci Lala Teixeira. A Sr.^a Aparecida Gino abriu a reunião cumprimentando a todos.

ASSUNTOS GERAIS:

- 1. Extrato das aplicações em Outubro/2016:** saldo do Instituto é de **R\$ 36.099.339,47** (trinta e seis milhões noventa e nove mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos). Os **ganhos com juros** das aplicações financeiras no mês de Novembro- foram de **R\$- 302.367,64** (trezentos e dois mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos negativo) .Entregue a todos do Conselho o extrato.
- 2. ECONOMIA=**No Brasil, o PIB mostrou um quadro de piora no cenário de atividade. Na margem, o PIB recuou 0,8% no 3º trimestre, após contração de 0,4% no trimestre anterior. Essa queda ficou ligeiramente abaixo das expectativas e da nossa projeção de queda de 0,9%, na mesma base comparação. A indústria contraiu 1,3%, na margem, com destaque para a indústria de transformação e construção civil, que recuaram 2,1% e 1,7%, respectivamente. O consumo seguiu contraindo no trimestre e recuou 0,6%, na margem, o que representa uma seqüência de sete trimestres negativos. Os investimentos também tiveram uma reversão da ligeira melhora do segundo trimestre, e recuaram 2,4% na margem, após alta de 0,4%, no trimestre anterior. Com essa nova queda, a taxa de investimento recuou para 16,7% do PIB, o menor patamar desde o segundo trimestre de 2004. A demanda doméstica, que é composta pelo consumo, o gasto do governo e os investimentos, recuou 3,9%, na comparação anual. Acreditamos que o crescimento da economia deverá passar pela recuperação dos investimentos e do consumo, e a dinâmica atual de deterioração do emprego, da renda real e a elevada ociosidade da economia são fatores



que limitam a recuperação maior no curto prazo. Nossa expectativa de recuperação da atividade foi adiada após a divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre. Com isso, revisamos nossa projeção de crescimento para 2017 de 0,7% para 0,2%, o que implica em crescimento na margem somente a partir do segundo trimestre de 2017. Para o quarto trimestre desse ano, a nossa expectativa é nova contração de 0,3%, na margem. O Banco Central reduziu a taxa Selic conforme o esperado e sinalizou que o ritmo de cortes poderá ser alterado nas próximas reuniões. O Banco Central diminuiu a taxa Selic em 25 pontos base, levando-a para 13,75% a.a. No comunicado da decisão, o Copom reconheceu que os indicadores econômicos de curto prazo frustraram as expectativas, e que as evidências sinalizam uma recuperação mais demorada e gradual. A avaliação do cenário externo foi alterada para reconhecer o aumento da incerteza após o resultado das eleições americanas, e que isso provavelmente indica o fim do interregno benigno do cenário internacional para as economias emergentes. Com relação ao ciclo de flexibilização da política monetária, o Copom retirou a menção de um ciclo total “moderado”, mas manteve a avaliação que deverá ser gradual. Na avaliação sobre a magnitude e a intensificação do ciclo de política monetária, o Copom destacou dois condicionantes: a recuperação da atividade economia e o comportamento do cenário externo, em especial, a taxa de câmbio. Na nossa avaliação, o reconhecimento do risco de retomada mais fraca que esperada da atividade é um sinal importante para a sinalização da aceleração do ritmo de cortes na reunião de janeiro, mas o comportamento do câmbio deverá condicionar essa decisão. Acreditamos que a continuidade da frustração dos indicadores de atividade e a permanência da taxa de câmbio em patamar relativamente estável deverão permitir a aceleração do ritmo de redução da taxa Selic para 50 pontos base na reunião de janeiro. Nossa expectativa é que a taxa de juros encerre 2017 em 10,5% a.a.”Fonte Bradesco”

2-a)-

CONTRIBUIÇÕES: Repasse PREFEITURA mês base Novembro/2016, valor R\$340.987,80(até presente fechamento dessa ata a Prefeitura não enviou cópia da folha de pagamento para conferencia).

REPASSE SAAEP-Novembro/2016, não foi repassado 11% e Patronal e 13°. Valor Previdenciário R\$ 6.392,39 e 13° R\$ 5.786,23.

REPASSE CÂMARA-NOVEMBRO/2016, valor de R\$22.655,76(01/12/2016);Dezembro/2016, referente ao 13° R\$ 28.531,44(20/12/2016).



3-AFASTADOS:

IPREM - POSSE

Mês/Ano
12/2016

Rua Aurélio Sia, 73, Jardim Luciana. Santo Antonio de Posse-SP
CNPJ: 10.625.602/0001-98

Folha Mensal
15/12/2016

Relatório de Afastamentos

Matrícula	Nome do Trabalhador	Início	Retorno
P1 - Afastamento temporário por motivo de doença, por período superior a 15 dias.			
60-1	NILWTON ROSA DE OLIVEIRA	26/08/2016	24/12/2016
275-1	JOSIANE APARECIDA BARBOZA	08/10/2016	18/01/2017
113-1	ELIANA CRISTINA MOREIRA CARNEIRO	16/10/2016	16/12/2016
113-2	ELIANA CRISTINA MOREIRA CARNEIRO	16/10/2016	16/12/2016
222-1	BENEDITO DONIZETI TUROLLA	30/10/2016	30/12/2016
95-2	ELIENAY AMORIM PERES	01/11/2016	31/12/2016
257-3	ANDREIA CASSIA CAMPOS	23/11/2016	08/12/2016
102-1	KELLY CRISTINA FURGERI	25/11/2016	10/12/2016
Total: 8			
Q1 - Afastamento temporário por motivo de licença-maternidade (120 dias).			
47-1	DAMIANA CRISTINA DA SILVA SOUZA	11/08/2016	09/12/2016
260-1	VIVIANE CRISTINA BARBOZA	15/08/2016	13/12/2016
Total: 2			
P2 - Novo afastamento temporário em decorrência da mesma doença, dentro de 60 dias contados da cessação do afastamento anterior.			
608-3	LILIANE FERREIRA SILVA LONGHI	22/07/2016	18/01/2017
1035-3	LUZIA VIEIRA COSTA DA CRUZ	31/07/2016	31/12/2016
99-1	LUIZ BENEDITO DA SILVA GODOI	08/08/2016	04/02/2017



111-1	VERA LUCIA RODRIGUES ROSA	15/08/2016	11/06/2017
1428-2	ANA PAULA MOSCATELLI	30/09/2016	02/12/2016
2468-2	ANA PAULA MOSCATELLI	30/09/2016	02/12/2016
85-1	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA	02/10/2016	31/01/2017
97-1	CRISTIANI APARECIDA ROBERTO PEREIRA	15/10/2016	14/12/2016
226-1	IRENE GANDOLPHO	16/11/2016	15/01/2017
261-1	KELLY REGINA FERREIRA	16/11/2016	15/01/2017
271-1	MARCELO LUIS SECCO	16/11/2016	15/01/2017
181-1	DANILA GABRIELA FARIA SECCO	17/11/2016	16/01/2017
218-1	KEILE APARECIDA FERREIRA	19/11/2016	18/01/2017
123-1	LUCRECIA APARECIDA DE CAMPOS SEBASTIAO	19/11/2016	03/01/2017
123-2	LUCRECIA APARECIDA DE CAMPOS SEBASTIAO	19/11/2016	03/01/2017
77-1	MONICA PADILHA DOS SANTOS	21/11/2016	21/12/2016
77-2	MONICA PADILHA DOS SANTOS	21/11/2016	21/12/2016
81-1	GISLENE APARECIDA MOYSES CONTI	22/11/2016	22/12/2016
270-1	MARCIA VALENTINA TOPINEL SISTE	24/11/2016	24/12/2016
270-2	MARCIA VALENTINA TOPINEL SISTE	24/11/2016	24/12/2016
809-3	HERMELINDA APARECIDA AGOSTINHO	28/11/2016	26/02/2017
2468-2	ANA PAULA MOSCATELLI	05/12/2016	03/02/2017
1428-2	ANA PAULA MOSCATELLI	05/12/2016	03/02/2017
257-3	ANDREIA CASSIA CAMPOS	09/12/2016	08/01/2017
102-1	KELLY CRISTINA FURGERI	10/12/2016	09/01/2017

Total: 25

Total Geral: 35





4. CONTRIBUIÇÕES = Contribuição Previdenciária: Informamos que o recolhimento da contribuição previdenciária da Prefeitura Municipal com vencimento em Abril pagamento até 20/05/2016 foi efetuado a menor o valor de R\$ 207.439,83, juros e multa TOTAL DE R\$ 232.449,19.

Recolhimento com vencimento em Maio pagamento até 20/06/2016 efetuado a menor R\$ 273.227,17, juros e multa total R\$ 301.055,77.

Recolhimento com vencimento junho pagamento até 20/07/2016 valor efetuado a menor R\$ 264.812,21, juros e multa total R\$ 287.325,95.

Recolhimento com vencimento julho pagamento efetuado em 19/08/2016 valor a menor R\$ 283.173,52, juros e multa Total R\$ 302.581,06.

Recolhimento com vencimento Agosto pagamento efetuado em ,20/09/2016 R\$344.118,79, valor a menor R\$ 281.759,84, juros e multa, total R\$ 297.794,16.

Recolhimento com vencimento Setembro/2016, pago dia 20/10/2016 valor de R\$ 343.922,04, efetuado a menor R\$ 283.706,43, juros e multa, total R\$ 296.543,10.

Recolhimento com vencimento Outubro/2016, pago dia 18/11/2016 valor de R\$ 342.317,06, efetuado a menor R\$282.899,45, juros e multa R\$ 292.308,81.

Recolhimento com vencimento Novembro/2016, pago dia 20/12/2016 valor de R\$ 340.987,80, efetuado a menor R\$274.194,79.

Valor total a repassar para o Instituto R\$ 2.284.252,83.

***valor corrigido até 30/12/2016.

4-A-Devido a falta de repasse do Patronal o Instituto teve que pedir baixa aplicação para completar folha de pagamento e 13º salário dos aposentados e afastados por doença, nos meses Novembro e Dezembro/2016.

5-RESUMO DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA:

FUNDO: INCENTIVO MULTISSETORIAL I – FIDC – (CNPJ: 10.896.292/0001-46) DATA: 18/11/2016 (Sexta-feira) às 15h00min LOCAL: Sede da Gradual Investimentos | Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50 – São Paulo/SP PAUTA 1. Deliberar sobre a destituição da atual prestadora de serviços de Administração; 2. Deliberar sobre a destituição do atual prestador de serviços de Custódia qualificada; 3. Deliberar sobre a indicação de novos prestadores de serviços de Administração e Custódia qualificada; e 4. Deliberar sobre a atualização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações supracitadas, caso aprovadas. DELIBERAÇÕES A Assembléia foi aberta com atraso as 17:15hs, com a concordância de todos os presentes, à mesa foi composta pelo Sr. Carlos Augusto



Kruger (cotista Porto Ferreira) presidência e secretário Dr. Caio Coutinho de Melo (escritório Chiarottino). Cotistas presentes: Areal, Bom Jesus dos Perdões, Floreal, Francisco Morato, Itatinga, Limeira, Osasco, Ouroeste, Palmeira, Paulínia, Porto Ferreira, Santo Antônio de Posse e São Sebastião. Antes de dar início a votação das pautas do dia, ficou decidido por todos os presentes que a assembléia seria gravada em dispositivo de áudio vídeo. Dando início, foram colocadas em votação as pautas 1 e 2, sendo que o representante do cotista Osasco propôs que a Gradual fosse mantida nos cargos de administrador e custodiante até a próxima assembléia, onde será posto em pauta a escolha do substituto da Gradual (atual Administradora e Custodiante do fundo). Com isso foi feita votação para que todos os presentes decidissem a respeito, sendo assim aprovado por 69,34% dos cotistas presentes que a Gradual se manterá no cargo até a próxima assembléia

Para o item 3 da pauta, ficou decidido que o comitê de cotistas do fundo formado pelos cotistas Osasco, Porto Ferreira, São Sebastião e Itatinga, irá analisar os possíveis candidatos aos cargos de Administração e Custódia e os apresentara para deliberação dos cotistas na próxima assembléia. O item 4 da pauta foi aprovado por todos os presentes. Diante de questionamento do cotista São Sebastião em relação a PDD lançada para o Fundo, o Sr. Mauricio Kameyama (Gestora Incentivo) fez apresentação sobre a empresa Dulcini afim de demonstrar a proposta de reversão da PDD. A Assembléia foi encerrada e a Ata oficial será enviada pelo administrador para todos os cotistas.

6-RESUMO DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA:

LEME MULTISSETORIAL IPCA-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS,CNPJ 12.440.789/0001-80.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2016 às 10 horas e 30 minutos,na sede da Gradual,localizada na Av. Presidente Juscelino Kubtschek,nº 50, vila Nova Conceição,São Paulo.

- 1- Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeira do Fundo
- 2- 2-Deliberar a respeito da manutenção, temporária, da prestação de serviços de Administração e Custódia, pela Gradual Corretora de Câmbio.
- 3- Autorização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas.
- 4- Ratificação da Bridge Gestão como gestora do FUNDO.
- 5- Retificação do deliberado na Assembléia Geral de Cotista realizada em 15/03/2016,permanecendo a GRADUAL como administradora e custodiante do FUNDO.
- 6- Alteração do artigo 6º do regulamento do FUNDO .
- 7- Alteração da taxa de administração do fundo.

Entregue a todos do Conselho cópia da Ata.



7-LEME IMA-B E FIDIC:Recebido via e-mail.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2016

Aos

Senhores Representantes Legais dos cotistas do Fundo Leme IMA-B FIRF Previdenciário, CNPJ:
11.784.036/0001-20

Com cópia para:

Gradual Investimentos

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Assunto: Elite CCVM assumir ou não "Administração Fiduciária, Controladoria e Custódia do Fundo".

Prezados Senhores,

Em assembléia de 12/04/16 a Elite CCVM foi escolhida pela maioria dos Cotistas presentes para assumir a administração fiduciária, controladoria e custódia do Fundo.

Já em 13/04/16 por e-mail solicitamos à Gradual Investimentos (Administradora do Fundo) diversos documentos para que houvesse tal transferência. Foi flagrante a constante cobrança de documentos e houve notícia em 31/05/16, após cobrarmos, que as Demonstrações Financeiras estavam atrasadas... A colaboradora da Gradual Investimentos disse: **"a auditoria de 2013 saiu agora em maio, estávamos aguardando a mesma para dar andamento nas seguintes"**.

Finalmente em 25/10/16 recebemos notícia da Gradual que as Demonstrações Financeiras até 30/04/16 haviam sido disponibilizadas. Passamos, então, em novembro de 2016 à análise destas com o intuito de definir decisão sobre prestar ou não serviços ao Fundo e, obviamente, assumir as responsabilidades correlatas.

Registre-se ainda que a empresa Senior Solution Financial Expertise, nossa regular fornecedora de serviços, iniciou em junho/16 processo de implantação de controles para o Fundo através de software específico. Houve desde então até agora despesa mensal de R\$ 1.445,62 para uso da licença de software útil a realizar o possível serviço de administração do FIRF e orçamento com preço de R\$ 150,00 por hora gasta na sua implantação. Inclusive já houve despesa no valor de R\$ 2.417,63 referente às 15,35 horas gastas na implantação paga pela própria Elite CCVM. **Ou seja, nos preparamos, investimos, para talvez assumir os serviços.**



Houve ainda várias reuniões e diligências nas instalações da nova Gestora do Fundo, junto aos auditores que elaboraram os pareceres de abril/2015 e abril/2016, conhecemos os profissionais, terceiros prestadores de serviços e softwares contratados.

Em suma, após diligências, seguem observações que fundamentaram nossa decisão.

A demonstração financeira de 30/04/13, entregue em maio de 2016, foi assinada em 27/04/16 pela KPMG Auditores Independentes e **houve "opinião com ressalva"**.

A demonstração financeira de 30/04/14 entregue em ? de 2016, foi assinada em 13/09/16 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e **houve "opinião com ressalva"**.

A demonstração financeira de 30/04/15, entregue em ? de 2016, foi assinada em 03/10/16 pela Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. e **houve "opinião com ênfase"**.

A demonstração financeira de 30/04/16, entregue em ? de 2016, foi assinada em 03/10/16 pela Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. e **houve "opinião com ênfase"**.

Pela observação destas vê-se que:

Em 30/04/2015 havia algo como R\$ 51 milhões em títulos públicos, R\$ 29,499 milhões em CCBs e R\$ 24,396 milhões investidos em outro Fundo da Leme (FICFI Multimercado Crédito Privado).

Em 30/04/2016 passa-se a ter apenas R\$ 31,352 milhões em títulos públicos, R\$ 27,530 milhões em CCBs e agora R\$ 40,005 milhões investidos em 3 Fundos da Leme (o FICFI, R\$ 16,781 milhões no FIRF BRASPREV, e R\$ 4,056 milhões no JURERE FIRF LP), além de R\$ 2,057 milhões em um outro FDIC gerido agora pela TERCON Investimentos Ltda.

Em busca no site da CVM é possível saber que no fim de julho de 2016 havia R\$ 30.993.922,49 em títulos públicos e R\$ 1.573.458,48 disponíveis junto ao Banco Paulista.

Em 09/11/16 por e-mail perguntei à Senhora Fernanda de Lima, representante legal da Gradual Investimento:

"Há tal dado, de títulos públicos e disponível no Banco Paulista, atualizado? De 31/10/2016?"

Não obtivemos resposta até a presente data.

Em 21/11/16 em novo e-mail reforcei tal questionamento à Senhora Fernanda de Lima e solicitei informações sobre as CCBs.

"Além do dado mais recente sobre valor investido em títulos públicos e o disponível no Banco Paulista, já solicitados desde 09/11/16, há como termos acesso às cópias dos documentos que constituíram as CCBs:

- Somopar – Sociedade Moveleira Paranaense Ltda.

- Magistral Impressora Industrial S.A..



- Cikel Brasil Verde Madeiras Ltda.”

Não obtivemos resposta até a presente data.

Em pesquisa junto à Serasa Experian vê-se que:

- para a Somopar há, entre outras, a informação: "classe de risco: 20 default – dívida vencida com instituição financeira há mais de 90 dias".
- para a Cikel há, entre outras, a informação: "classe de risco: 20 default – dívida vencida com instituição financeira há mais de 90 dias".
- para a Magistral há, entre outras, a informação sobre pagamentos: "pontual 33%, 8-15 d atraso 23%, 16-30 d atraso 33%, 31-60 d atraso 5%, +60 d atraso 5%", e pelo balanço de 30/12/14 (muito antigo para análise competente) um PL de R\$ 4,405 milhões para uma CCB do fundo no valor de R\$ 5,783 milhões.

Como não tivemos acesso aos documentos que constituíram as CCBs **não podemos avaliar se há garantias suficientes (e respectivas "qualidades", passíveis de execução) para cobrir os valores investidos pelo Fundo, ou mesmo parte deles...**

Para os Fundos investidos pelo Leme IMA-B FIRF temos, por conta de apurações informais, que precisam ser confirmadas, com dados de 30/04/16, auditados e disponíveis:

- há R\$ 19,168 milhões no Leme FI em cotas de Fundos que podem estar investidos no FIP PUMA que carregaria majoritariamente debêntures da empresa Milano?
- há R\$ 16,781 milhões no Leme Brasprev FIRF, atual LME – REC, que estaria em processo de precificação?
- há R\$ 2,057 milhões em um FDIC...

Para reflexão: feitos estão tais investimentos, **se pedidos os regastes, seriam pagos?**

Por que após 30/04/15, onde havia em torno de R\$ 51 milhões em títulos públicos e já R\$ 24,396 milhões no Leme FI em cotas de Fundos, os gestores decidiram "investir" mais de R\$ 16 milhões, mesmo que fosse possível por conta do Regulamento, no Leme Brasprev FIRF? O Leme Brasprev FIRF pagou algum resgate após receber tal aporte do Leme IMA-B? O Leme Brasprev investe em empresas já investidas pelo Leme IMA-B que já estavam em default?

- há R\$ 4,056 milhões no Leme Jurere RF FI LP e R\$ 101 mil que, ao que tudo indicam, são líquidos, se pedidos resgates devem ser pagos.

Desta forma, **muito provavelmente, talvez, o Leme IMA-B teria de fato, concretamente, patrimônio líquido em torno de R\$ 35 milhões...**

Caso confirmado tal PL, reduzido por conta da qualidade dos investimentos, provavelmente com garantias frágeis, e conseqüente e necessária "marcação a mercado", haveria redução drástica dos



R\$ 101 milhões de 30/04/16... **Potencial redução de 65% no valor da cota?**

Então, por consequência, a taxa de administração de 1,5% ao ano calculada a partir deste PL marcado a mercado, **renderia, em nossa opinião, recursos insuficientes para que a Elite CCVM pudesse desempenhar com a diligência necessária, para nós um hábito desde 1983, em linha com o disposto na regulamentação vigente, os serviços para os quais foi escolhida pelos cotistas em assembléia de 12/04/16.** É certo que por "tradição deste mercado de administração de recursos", lastreada por contrato, parte do apurado com a taxa de administração ainda seria destinada ao Gestor... O que faria sobrar ainda menos para remunerar os serviços e responsabilidades do administrador...

Por outro lado, registre-se, que pelas DFs analisadas nos últimos três anos foram pagos de taxa de administração R\$ 4,362 milhões...

Sendo assim a Elite CCVM informa aos Senhores que não irá assumir a execução de qualquer serviço, seja a administração, controladoria ou custódia do Fundo em questão.

Por dever de transparência com os cotistas do Fundo fica o exposto até aqui. **E recomenda,** inclusive, que os Senhores deliberem por exigir uma auditoria completa que venha necessariamente a apurar:

- se houve qualquer eventual irregularidade, negligência, na constituição de cada crédito levando em conta o disposto no Regulamento do Fundo (critérios de elegibilidade, principalmente) e na regulamentação vigente,
- justificativas para os pagamentos realizados por serviços prestados quando, talvez, o PL já devesse ter sido "marcado a mercado" para baixo,
- razões para que tenha havido tanto atraso para entrega de tão necessárias demonstrações financeiras.

Solicitamos que este documento seja mantido em sigilo, restrito aos que, de fato e de direito, tenham relação com o Fundo.

Permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que forem necessários.

Atenciosamente, Otto dos Santos. Elite CCVM Ltda.

Na data de 12/12/2016 recebemos e-mail da Gradual informando o fechamento do fundo para resgates em razão da iliquidez dos ativos da carteira.

No dia 28/12/2016 será realizado em São Paulo uma Assembléia Geral para liquidação do Fundo.

O Instituto de Santo Antonio de Posse aplicou no ano 2012 o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).



8-DIFERENCIAL RENDA FIXA.

Recebido via e-mail referente assembléia de cotista no dia 22/11/2016.

BRZ Investimentos <gpadm@brz.com.br>
para

Prezados Cotistas,

Gostaríamos de comunicar recente alteração no gestor do fundo DIFERENCIAL RENDA FIXA LONGO PRAZO (CNPJ nº 11.902.276/0001-81), conforme deliberado em assembléia de cotistas que ocorreu no dia 22/11/2016 na sede da administradora, BNY Mellon. A partir de 05/12/2016, a BRZ Investimentos tornou-se o novo gestor e passará a enviar os relatórios e as informações aos cotistas.

Entraremos em contato individualmente para resolução de questões formais e maiores esclarecimentos.

Obrigada por sua atenção.

Para maiores informações, contate-nos através do **telefone (11) 3538-8000**, ou email contato@brzinvestimentos.com.br

9-CERTIFICAÇÃO:

Entregue a todos do Conselho certificado participação do 4º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, realizado nos dias 23,24 e 25 de novembro de 2016, na cidade de Brasília.

10-Aprovação das demonstrações financeiras e aplicações de 2016 . Os abaixo assinado, membros do Conselho Administrativo -Iprem-Posse, sede na Cidade de Santo Antonio de Posse, tendo examinado as contas e demonstrações do exercício dos valores registrados.

11- PERÍCIA ADMINISTRATIVA:

A servidora Alicia da Silva Bomfim de 32 anos em pericia médica no dia 31/10/2016 apresentou exames complementares : T.C.crânio;E.E.G.digital e exames laboratoriais, seu quadro é G.40-0(Epilepsia),os exames complementares negativo e parecer do médico,ficou constatada inexistência de incapacidade laborativa da mesma.



Conclusão: deverá retornar as suas atividades laborais em 07/11/2016(readaptação funcional).Restrições ; evitar trabalho com crianças de colo e menores de 3 anos de idade.Evitar dirigir veículos.Tempo indeterminado.Oficio nº 230/2016 enviado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura 04/11/2016.

Recebemos do Poder Judiciário de Jaguariúna Processo digital nº 1003901-85-2016 Juiza : Dra. Ana Paula tutela provisória de urgência pleiteada pelo prazo de 90 dias a contar do recebimento(20/12/2016), auxílio –doença.

A Presidente deixa o registro do fato acima a todos do Conselho .

Deixo também em registro que se não houver um trabalho junto ao Recursos Humanos de Integração o Instituto de Previdência ao longo dos anos terá problemas para pagamento dos aposentados por tempo de serviço.

Aparecida Gino, Diretora-Presidente deu por encerrada a sessão desta reunião, que, após lida e aprovada, segue devidamente assinada por todos os presentes.

Sr.^a Aparecida Gino

Maria Angela Bonas

Sr. Allan Romio

Vera Darci Lala Teixeira

Elaine Cristina Pires de Campos



Silvana Alves de Souza Lopes

Cleber de Jesus Mendes

Marco Antonio Franco da Silva